

Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.

CNPJ: 29.711.106/0001-85

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	5
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado.....	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Teresina, 31 de janeiro de 2025.

Diretoria executiva

	Cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Construção
Vago	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor de Projetos

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.**

Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.


- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ


Alexandre Virícius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.558	12.085
Títulos e valores mobiliários	4	10.837	-
Contas a receber de clientes	5	1.658	1.800
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		175	-
Outros tributos compensáveis		33	33
Almoxarifado		361	113
Outros créditos		1.207	235
Total do ativo circulante		15.829	14.266
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	6	1.195	1.340
Depósitos vinculados	12	7.693	7.114
Imobilizado	7	121.697	124.791
Intangível	8	2.023	2.083
Total do ativo não circulante		132.608	135.328
Total do ativo		148.437	149.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	3.564	4.268
Empréstimos e financiamentos	10	974	845
Obrigações por arrendamentos		342	437
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	65
Outras obrigações fiscais		554	548
Dividendos a pagar	13	4.366	1.319
Encargos setoriais		11	11
Outras obrigações		534	388
Total do passivo circulante		10.345	7.881
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	44.687	45.532
Obrigações por arrendamentos		646	570
Outras obrigações fiscais		935	880
Provisão para desmantelamento	11	137	405
Total do passivo não circulante		46.405	47.387
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	90.023	90.023
Reserva de lucros		1.664	4.303
Total do patrimônio líquido		91.687	94.326
Total do passivo		148.437	149.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	15	19.281	19.073
Custo	16	(13.743)	(9.518)
Lucro bruto		5.538	9.555
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	16		
Despesas gerais e administrativas		(1.264)	(1.325)
Outras receitas operacionais		963	257
Total despesas operacionais		(301)	(1.068)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		5.237	8.487
<u>Resultado financeiro</u>	17		
Receitas financeiras		1.832	1.901
Despesas financeiras		(3.920)	(3.566)
Variações cambiais líquidas		(191)	56
Total do resultado financeiro		(2.279)	(1.609)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.958	6.878
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.232)	(1.326)
Total dos tributos sobre o lucro		(1.232)	(1.326)
Lucro líquido do exercício		1.726	5.552
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	14	0,0160	0,0514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.726	5.552
Total dos resultados abrangentes do exercício	1.726	5.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	108.023	(18.000)	70	1.003	-	91.096
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.552	5.552
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(1.003)	-	(1.003)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	-	278	-	(278)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	3.955	(3.955)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	108.023	(18.000)	348	3.955	-	94.326
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.726	1.726
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(410)	(410)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(3.955)	-	(3.955)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	-	86	-	(86)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	1.230	(1.230)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	108.023	(18.000)	434	1.230	-	91.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	1.726	5.552
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	3.973	3.921
Variações cambiais da dívida	2.190	1.813
Juros sobre obrigações de arrendamento	136	156
Juros sobre empréstimos e financiamentos	841	1.227
Provisão para desmantelamento	42	30
Custo de transação	29	29
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	142	1.016
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(175)	-
Depósitos vinculados	(579)	(823)
Almoxarifado	(248)	(81)
Outros créditos	(972)	(235)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(704)	(2.910)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.139	1.253
Outras obrigações fiscais	61	30
Encargos setoriais	-	1
Outras obrigações	146	148
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(842)	(1.206)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(137)	(99)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.204)	(1.282)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.564	8.540
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(868)	(188)
Adições para ativo intangível	(11)	(8)
Títulos e valores mobiliários	(10.837)	-
Cauções e depósitos	145	(139)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(11.571)	(335)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(2.934)	(2.531)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(268)	(230)
Pagamento de dividendos	(1.318)	(1.338)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(4.520)	(4.099)
Transações que não afetam caixa	-	-
Variação no caixa líquido	(10.527)	4.106
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	12.085	7.979
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.558	12.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 18 de janeiro 2018, com sede na cidade de Teresina, estado do Piauí, controlada pela Enel Brasil S.A., e tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial solar de 35 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado do Piauí, que foi objeto do Leilão nº 7.672/2050-ANEEL, com contrato vigente até 19 de março de 2054. Através do despacho ANEEL 3.614 de 22 de dezembro de 2020 a Companhia obteve autorização para implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica (UFV).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
		1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

- Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 7 – Imobilizado,
- Nota 8 – Intangível,
- Nota 11 – Provisão para desmantelamento,
- Nota 12 – Provisões para processos judiciais, e
- Nota 20 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	1.558	3.943
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	-	8.142
Total	1.558	12.085

As aplicações financeiras, eram representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os certificados de depósitos bancários foram remunerados em média a 99,23% do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 20).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos exclusivos		
Operações compromissadas	6.483	-
Títulos públicos	3.251	-
CDB-DI	630	-
LF - Letra Financeira	473	-
Total	10.837	-

O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 1,32% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2024 (não há saldo em 31 de dezembro de 2023). As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 100,25% do CDI (não há percentual em 31 de dezembro de 2023).

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	31.12.2024
Mecanismo de curto prazo - MCP		1	1
Contas a receber - partes relacionadas	19	1.657	1.657
Total		1.658	1.658

	Nota	A vencer	Vencidos mais de 360 dias	31.12.2023
Mecanismo de curto prazo - MCP		1	-	1
Contas a receber - partes relacionadas	19	1.646	153	1.799
Total		1.647	153	1.800

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6. Cauções e depósitos

		31.12.2024	31.12.2023
BNB	Fundo de liquidez BNB	1.195	1.340
	Total	1.195	1.340

O saldo de R\$ 1.195, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.340 em 31 de dezembro de 2023), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste - BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento (nota explicativa nº10).

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2024, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2024.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de instalações técnicas/mecânicas - solar, edificações, linha de transmissão, reservatórios, barragens e adutoras, obras civis e benfeitorias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	58.642	-	-	(310)	(13.317)	45.015
Reservatórios, barragens e adutoras	10.134	-	-	-	(10.134)	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	65.128	-	-	-	24.396	89.524
	133.904	-	-	(310)	945	134.539
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(4.237)	-	(1.767)	-	1.215	(4.789)
Reservatórios, barragens e adutoras	(26)	-	-	-	26	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	(5.963)	-	(1.989)	-	(1.241)	(9.193)
	(10.226)	-	(3.756)	-	-	(13.982)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	342	404	-	-	(746)	-
Máquinas e equipamentos	(206)	464	-	-	(199)	59
	136	868	-	-	(945)	59
Total do imobilizado	123.814	868	(3.756)	(310)	-	120.616
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	977	250	(146)	-	-	1.081
	977	250	(146)	-	-	1.081
Total	124.791	1.118	(3.902)	(310)	-	121.697

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições (Reversões)	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	57.492	-	-	-	1.150	58.642
Reservatórios, barragens e adutoras	11.829	-	-	-	(1.695)	10.134
Instalações técnicas/mecânicas solar	64.395	-	-	136	597	65.128
	133.716	-	-	136	52	133.904
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(2.227)	-	(2.010)	-	-	(4.237)
Reservatórios, barragens e adutoras	(635)	-	609	-	-	(26)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(3.783)	-	(2.180)	-	-	(5.963)
	(6.645)	-	(3.581)	-	-	(10.226)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	342	-	-	-	342
Máquinas e equipamentos	-	(154)	-	-	(52)	(206)
	-	188	-	-	(52)	136
Total do imobilizado	127.071	188	(3.581)	136	-	123.814
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	1.248	-	(271)	-	-	977
	1.248	-	(271)	-	-	977
Total	128.319	188	(3.852)	136	-	124.791

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 11).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A Companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque segundo práticas do setor elétrico, e estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- ii. Softwares: 5 anos
- iii. Sobressalentes: 20-30 anos
- iv. Veículos: 7 anos
- v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados após a revisão, são as seguintes:

Elétricos	%
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,36%
Instalações técnicas/mecânicas solar	3,36%

Os efeitos da revisão do valor residual e vida útil de cada ativo foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 3.756, considerando-se as taxas não revisadas, seria de R\$ 4.136.

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	2,67

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	2.273	(274)	1.999	2.067
Custo incremental	28	(4)	24	16
Total	2.301	(278)	2.023	2.083

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.273	-	-	2.273
Custo incremental	17	11	-	28
	2.290	11	-	2.301
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(205)	-	(69)	(274)
Custo incremental	(2)	-	(2)	(4)
	(207)	-	(71)	(278)
Total	2.083	11	(71)	2.023

	31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.273	-	-	2.273
Custo incremental	9	8	-	17
	2.282	8	-	2.290
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(137)	-	(68)	(205)
Custo incremental	(1)	-	(1)	(2)
	(138)	-	(69)	(207)
Total	2.144	8	(69)	2.083

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

São Gonçalo 12 S.A.

Administração

	%
Direito de uso da concessão	2,95%
Custo incremental	9,09%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		661	1.099
Compra de energia - partes relacionadas	19	3	-
Encargo de uso da rede		242	205
Encargo de uso da rede - partes relacionadas	19	-	2
		906	1.306
Materiais e serviços		1.454	1.542
Materiais e serviços - partes relacionadas	19	1.204	1.420
		2.658	2.962
Total		3.564	4.268

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

10.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2024 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2023 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Moeda nacional												
Banco do Nordeste S.A.	935	39	974	44.687	44.687	45.661	806	39	845	45.532	45.532	46.377
Total	935	39	974	44.687	44.687	45.661	806	39	845	45.532	45.532	46.377

A movimentação da dívida é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**São Gonçalo 12 S.A.**

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	399	46.646	47.045
Encargos provisionados	1.227	-	1.227
Encargos pagos	(1.206)	-	(1.206)
Variação monetária	1.813	-	1.813
Transferências	1.114	(1.114)	-
Pagamentos / amortizações	(2.531)	-	(2.531)
Amortização custos de transação	29	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2023	845	45.532	46.377
Encargos provisionados	841	-	841
Encargos pagos	(842)	-	(842)
Variação monetária	2.190	-	2.190
Transferências	845	(845)	-
Pagamentos / amortizações	(2.934)	-	(2.934)
Amortização custos de transação	29	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2024	974	44.687	45.661

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Banco do Nordeste S.A.	49.550	31/08/21	15/02/44	IPCA + 1,45%	Mensalmente	Mensalmente	CAPEX	Sim

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	977	1.151	1.345	1.522	39.692	44.687

Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *Covenants* financeiros.

11. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 14,72% (10,41% em 31 de dezembro de 2023), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- A estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- Esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A taxa de desconto é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial		405	239
Adição	7	-	136
Baixas	7	(310)	-
Atualização financeira	17	42	30
Saldo final		137	405

12. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF – Coisa julgada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

12.1 Contingência com risco provável e possível

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como provável e/ou possível.

12.2 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais	7.693	7.114
Total	7.693	7.114

O saldo de depósitos judiciais de R\$ 7.963 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.114 em 31 de dezembro de 2023) refere-se ao repasse de parte do ISS retido nos pagamentos realizados ao fornecedor Quebec Engenharia, com base no processo judicial contra a Prefeitura de Alta Floresta.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 108.023 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	108.022.913	99,999999%	108.022.913	99,999999%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	1	0,000001%	1	0,000001%
Total	108.022.914	100,000000%	108.022.914	100,000000%

13.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do estatuto social da Companhia.

13.4 Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	1.726	5.552
(-) Reserva legal	(86)	(278)
Lucro líquido do exercício ajustado	1.640	5.274
Dividendo mínimo obrigatório	(410)	(1.319)
Reserva para reforço de capital de giro	(1.230)	(3.955)
Total	-	-

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a constituição de reserva legal no montante de R\$ 278, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 1.319 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 3.955 como alocação para reserva para reforço de capital de giro.

Em 4 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais, à conta de reserva para reforço de capital de giro, o montante de R\$ 3.955, a serem pagos até 31 de dezembro de 2025.

13.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra detalhada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.319	335
<u>Efeito não caixa</u>		
Dividendos adicionais propostos	3.955	1.003
Dividendo mínimo obrigatório	410	1.319
<u>Efeito caixa</u>		
Dividendos pagos	(1.318)	(1.338)
Saldo final	4.366	1.319

14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		1.726	5.552
Número de ações	13	108.022.914	108.022.914
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		0,0160	0,0514

15. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	15.1 e 19	20.132	19.924
Outras receitas		39	16
Receita operacional bruta		20.171	19.940
Deduções da receita			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(154)	(131)
COFINS		(605)	(605)
PIS		(131)	(131)
Total deduções da receita		(890)	(867)
Total		19.281	19.073

15.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2024				
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Serviços		(7)	-	-	(7)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(1.264)	-	(1.264)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.870)	-	-	(6.870)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	19	(89)	-	-	(89)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.471)	-	-	(2.471)
Seguros		(333)	-	-	(333)
Depreciação e amortização		(3.973)	-	-	(3.973)
Indenização de sinistro		-	-	935	935
Outras receitas operacionais		-	-	28	28
Total		(13.743)	(1.264)	963	(14.044)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**São Gonçalo 12 S.A.****2023**

		Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
	Nota	Custo		
Material		(138)	-	(138)
(-) Capitalização dos custos de material		138	-	138
Serviços		(12)	(16)	(28)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(1.300)	(1.300)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.086)	-	(3.086)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.169)	-	(2.169)
Transporte de potência de energia		(175)	-	(175)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas	19	(6)	-	(6)
Aluguéis e arrendamentos		62	-	62
Seguros		(212)	-	(212)
Depreciação e amortização		(3.920)	-	(3.920)
Indenização de sinistro		-	257	257
Outras despesas operacionais		-	(9)	(9)
Total		(9.518)	(1.325)	257 (10.586)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

17. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.253	1.078
Atualização monetária dos depósitos judiciais	579	823
	1.832	1.901
Despesas financeiras		
Custo de transação	(29)	(29)
Encargos de dívidas	(3.031)	(3.040)
Atualização de impostos e multas	(71)	(48)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(542)	(195)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(25)	(16)
Atualização financeira desmantelamento	(42)	(30)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(137)	(156)
Encargos financeiros - compartilhamento	(41)	(36)
Outras despesas financeiras	(2)	(16)
	(3.920)	(3.566)
Variações cambiais líquidas		
Outras variações cambiais	(191)	56
	(191)	56
Total	(2.279)	(1.609)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**São Gonçalo 12 S.A.**

	2024	2023
Receita de suprimento de energia elétrica	20.171	19.940
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	1.614	1.595
Renda de aplicações financeiras	1.253	1.078
Outras receitas	39	257
Outras receitas financeiras	579	823
Total base de cálculo do imposto de renda	3.485	3.753
Alíquota do imposto de renda (15%)	(522)	(565)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(324)	(351)
Total do imposto de renda	(846)	(916)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	2.421	2.393
Renda de aplicações financeiras	1.253	1.078
Outras receitas	39	257
Outras receitas financeiras	579	823
Total base de cálculo da contribuição social	4.292	4.551
Alíquota da contribuição social (9%)	(386)	(410)
Total	(1.232)	(1.326)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

19.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025	(4.366)	(1.319)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(570)	(388)	(1.264)	(1.300)
Total		(4.936)	(1.707)	(1.264)	(1.300)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

19.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas (despesas)
<u>Compra e venda de energia</u>					
Enel Trading Brasil S.A	Janeiro de 2021 a dezembro de 2034	1.653	1.799	20.043	19.924
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Dezembro de 2023	-	-	-	(2.067)
		1.653	1.799	20.043	17.857
<u>Transporte de energia</u>					
Enel Cien S.A.	Dezembro de 2023	-	(2)	-	(6)
		-	(2)	-	(6)
<u>Suporte operacional</u>					
Enel Green Power SpA	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(1.167)	(990)	-	-
		(1.167)	(990)	-	-
<u>Indenização de seguros</u>					
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.	Dezembro de 2025	273	273	-	-
		273	273	-	-
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enel Power do Brasil Ltda.		-	(272)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.	Janeiro de 2022 até dezembro de 2026	-	(158)	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	-	-	2.067
		-	(430)	-	2.067
Total		759	650	20.043	19.918

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Indenização de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o direito de receber indenização de seguro de lucros cessantes e danos, ocasionado nos cabos de média tensão e inversores solares. Ocorre que durante o exercício de 2023, a Enel Green Power São Gonçalo 1, foi ressarcida pela seguradora considerando a indenização de danos e lucros cessantes das empresas do Parque São Gonçalo, incluindo a Companhia. Dessa forma, o montante a ser recebido de R\$ 273, deverá ser repassado para a Companhia, pela Enel Green Power São Gonçalo 1. A expectativa de recebimento é até o final do exercício de 2025.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	1.558	1.558	12.085	12.085
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	2	10.837	10.837	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	1.658	1.658	1.800	1.800
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	1.195	1.195	1.340	1.340
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	7.693	7.693	7.114	7.114
Total do ativo			22.941	22.941	22.339	22.339
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	3.564	3.564	4.268	4.268
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	45.661	15.930	46.377	21.346
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	988	988	1.007	1.007
Total do passivo			50.213	20.482	51.652	26.621

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 20.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

20.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

20.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

Para isso, existe uma Política de Controles e Gestão de Riscos formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil, que tem por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas pelo SCIGR no âmbito da Companhia, adequando-se às exigências locais em termos de cultura de riscos.

Por fim, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável à todas as empresas do Grupo Enel dentro do perímetro da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo a nível local, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; compliance; operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding (Enel Spa); aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.558	12.085
Títulos e valores mobiliários	4	10.837	-
Contas a receber de clientes	5	1.658	1.800
Depósitos vinculados	12	7.693	7.114
Total		21.746	20.999

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	45.661	46.377
Dívida	45.661	46.377
Caixa e equivalentes de caixa	(1.558)	(12.085)
Títulos e valores mobiliários	(10.837)	-
Dívida líquida (a)	33.266	34.292
Patrimônio líquido (b)	91.687	94.326
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	26,62%	26,66%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da Enel Finance International (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	219	270	1.270	8.081	45.587	55.427
Total	219	270	1.270	8.081	45.587	55.427

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA						
Banco do Nordeste	45.661	2.117	2.671	3.220	3.763	4.301
Total	45.661	2.117	2.671	3.220	3.763	4.301

20.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	144.137	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

22. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

22.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	31.12.2024	31.12.2023
Apresentados nas atividades operacionais	(842)	(1.206)
Total	(842)	(1.206)

22.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(2.934)	(2.531)
Pagamento de arrendamento (principal)		(268)	(230)
Pagamento de dividendos	13	(1.318)	(1.338)
Total		(4.520)	(4.099)

23. Eventos subsequentes

Efeitos do *Curtaiment*

Em 22 de janeiro de 2025, foi revogada a liminar que garantia os geradores eólicos e solares, o direito de receber os ressarcimentos relacionados aos efeitos do *Curtaiment*, medida que gerou impactos nos resultados das operações de geração de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 12 S.A.

Apesar da revogação, a Companhia permanece empenhada em assegurar seus direitos. Além das ações legais em andamento para reverter a decisão, a administração está conduzindo esforços regulatórios, institucionais e técnicos com o objetivo de mitigar os impactos e buscar alternativas que reduzam os efeitos do *Curtailment*.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informados sobre o andamento do processo. A revogação da referida liminar não afeta quaisquer montantes registrados nas presentes demonstrações financeiras.